

AVALIAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES SALARIAIS ENTRE O FÓRUM DAS SEIS E O CRUESP

O resultado das negociações salariais entre o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas - CRUESP – e as entidades sindicais reunidas no Fórum das Seis foi negativo para as pretensões dos servidores das três universidades – USP, UNESP e UNICAMP.

A proposta inicial do Fórum das Seis incluía, além de um reajuste salarial que recompusesse a inflação, uma parcela fixa de R\$ 200,00 (duzentos reais), incorporada aos salários de todos os servidores docentes e técnico-administrativos. A proposta do Fórum das Seis visava a recuperação dos menores salários das Universidades. O CRUESP, por sua vez, concedeu um reajuste em maio de 2007 com base no índice inflacionário e apresentou uma contraproposta ao Fórum indicando uma fórmula para a concessão da parcela fixa de reajuste salarial, conforme o ofício CRUESP nº 03/2007, de 06 de junho de 2007, que seria discutido em outubro. Dizia o referido ofício:

*“Caso a arrecadação anual do ICMS ultrapasse o valor de R\$ 43,620 bilhões, os recursos adicionais, a partir desse valor, transferidos às Universidades, serão utilizados da seguinte forma: **75% para o pagamento de parcela fixa**; 20% para investimentos em ensino, pesquisa e extensão, e 5% para a assistência estudantil”.*

Historicamente, em nossas lutas já tivemos compromissos verbais dos reitores que não foram cumpridos, mas em trinta anos de luta das três universidades paulistas é a primeira vez que um compromisso escrito não é cumprido, o que dá lugar a um imbróglio sem tamanho. Sem maiores explicações, e como que finalizando as negociações salariais, os reitores tentam se justificar dizendo ter sido um erro assumir o compromisso firmado no Comunicado CRUESP nº 03/2007. Os reitores erraram, sim, ao fazerem uma previsão pessimista da arrecadação do ICMS. Deram o chamado “tiro no pé” quando previram que a arrecadação anual jamais superaria os R\$ 43,62 bilhões, como aconteceu. Agora, diante da previsão de arrecadação na casa dos R\$ 45 bilhões, ultrapassando o teto indicado na fórmula do CRUESP (43,62 bi), os reitores simplesmente “rasgaram” o compromisso por eles assinado. O recurso existe, pois a arrecadação do ICMS superou as expectativas do CRUESP, mas o que acaba ficando claro é que, diante de tanto dinheiro, os reitores preferiram administrá-lo de acordo com as conveniências e pagar as dívidas das universidades, ou fazer caixa para isso, à custa do salário dos servidores.

Há, sim, dinheiro para conceder a parcela fixa de R\$ 200,00, mas o CRUESP propôs que o reajuste salarial seja pago percentualmente (1,5%), do jeito que os reitores querem. Mais uma vez, eles impuseram a sua vontade, tomando medidas que favorecem apenas aos seus objetivos e prejudicam claramente os servidores das universidades que recebem os menores salários. Para estes servidores, o reajuste salarial fixo de R\$ 200,00 representaria uma recomposição real e expressiva, enquanto que o reajuste calculado através de um índice percentual não tem impacto significativo no bolso destes trabalhadores. Por tudo isso, pela forma como se deram as negociações, a atual proposta do CRUESP de 1,5% de reajuste salarial em novembro e um abono de R\$ 400,00 é indecente e inaceitável.

A sabedoria popular diz que, entre outras coisas, um homem deve honrar a sua palavra, ainda mais se for escrita. É possível dizer que a promessa está para o contrato, assim como a lei está para a justiça. Nisto se encerra uma série de valores que apontam, principalmente, a importância do cumprimento da promessa para o funcionamento da sociedade, o que deveria aplicar-se a uma entidade como o

CRUESP, mormente ligada à educação pública. No entanto, para o CRUESP, nem a palavra empenhada nem o compromisso firmado parecem bastar para que seja honrado aquilo que foi prometido. A atitude dos reitores neste episódio é lamentável. Esta atitude desmoraliza o CRUESP e, se não queremos ser desmoralizados também, só nos cabe nos organizarmos e nos unirmos para conseguir com que os reitores cumpram o compromisso assumido em junho.

A única resposta possível aos reitores é a construção de um movimento forte das três universidades paulistas com o objetivo de defender a proposta do Fórum das Seis, da qual faz parte a parcela salarial fixa de R\$ 200,00 para todos os servidores docentes e técnico-administrativos. Que se cumpra também o compromisso assumido pelos reitores por duas vezes (nas reuniões entre Fórum das Seis e CRUESP, junho e outubro), que fosse levada aos Órgãos Colegiados Centrais a discussão sobre a viabilidade de implantação do valor fixo no Plano de Carreira.

Só com luta e organização dos trabalhadores nós nos faremos respeitados.

**SINTUNESP, ASSOCIAÇÕES e REPRESENTANTES DOS SERVIDORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS JUNTO AO CADE**